



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2023**

**ASSEGURA AO SERVIDOR PÚBLICO  
COM DEFICIÊNCIA VISUAL, O  
DIREITO DE RECEBER  
CONTRACHEQUES E COMPROVANTES  
DE RENDIMENTOS NO SISTEMA  
BRAILE, NO ÂMBITO DO ESTADO DE  
ALAGOAS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

**Art. 1º** Fica assegurado aos servidores públicos com deficiência visual da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista, o direito de receber seus contracheques e comprovantes de rendimentos no sistema de leitura braile, no âmbito do Estado de Alagoas.

*Parágrafo Único.* O contracheque no sistema de leitura braile a que se refere o *caput*, deverá conter todos os dados referentes ao pagamento e será emitido a pedido do servidor, não substituindo o usual, que continuará sendo emitido ou disponibilizado para emissão no sítio do órgão.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua publicação.

Sala das sessões, 01 de fevereiro de 2023.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 152/2023  
Data: 02/02/2023 - Horário: 09:15  
Legislativo



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
**Palácio Tavares Bastos**  
**Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL**

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto tem como objetivo, no âmbito do Estado de Alagoas, assegurar aos deficientes visuais o direito de receber seus contracheques e comprovantes de rendimentos no sistema de leitura braile.

A referida matéria tem amparo legal para sua tramitação tendo em vista que a Constituição Federal estabelece em seu art. 24, inciso XIV, ser de competência da União, Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência.

O sistema braile é o único método eficaz de comunicação escrita para as pessoas com deficiência visual, principalmente para garantir o acesso à informação, direito fundamental para o exercício da cidadania.

Desde já, contamos com a colaboração e o apoio dos Nobres Pares à aprovação desta proposição.

Sala das sessões, 01 de fevereiro de 2023.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL